

OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE MONGAGUÁ-SP SOB A PERSPECTIVA DE DIRETORES(AS) ESCOLARES

Edmar Lucas Ferreira Sehnem
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo – Brasil
lucasferreirasehnem@gmail.com

Angela Maria Martins
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo – Brasil
Fundação Carlos Chagas (FCC) – Brasil
ange.martins@uol.com.br

Vanessa Viebrantz Oster
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo – Brasil
vanessaoster@ifto.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta e discute resultados de pesquisa realizada na rede municipal de ensino de Mongaguá, litoral sul do estado de São Paulo – Brasil, acerca das normativas adotadas na rede de ensino do município no ano de 2020 e que tratam, especificamente, das diretrizes e estratégias organizativas do ensino remoto emergencial implementado em função da pandemia do COVID-19. Mongaguá é um dos 09 (nove) municípios que integram a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e sua rede de ensino municipal é composta por 38 (trinta e oito) unidades escolares.

A pesquisa teve como foco identificar e analisar, sob a percepção e compreensão de diretores(as) escolares, como foi o processo de implementação de diretrizes determinadas pela rede de ensino municipal por meio de decretos municipais elaborados e divulgados pelo Departamento de Educação Municipal (DEM), com destaque para o Decreto Municipal nº 7.092 de 16 de março de 2020 que suspendeu o ensino presencial a partir de março de 2020. Este decreto, e todas as normativas adjacentes, apresentavam diretrizes de suporte para a ação de gestores(as) escolares procurando oferecer apoio técnico e padronização para as (re)organizações das escolas municipais em diversos

aspectos da sua rotina a fim de dirimir os impactos causados pelo distanciamento social e fechamento das unidades escolares no período pandêmico.

Destaca-se a alteração significativa das práticas cotidianas da escola e, portanto, das práticas usuais atribuídas ao gestor(a) escolar durante o período obrigatório de oferta de ensino remoto e o surgimento de um verdadeiro campo de tensão entre as diretrizes oficiais preconizadas pelos órgãos reguladores (DEM) e as rotinas de trabalho destes(as) diretores/as.

Ressalta-se a relevância deste estudo, uma vez que os(as) diretores(as) são articuladores do trabalho cotidiano das unidades escolares, pois conforme Conti, Lima e Nascente, “as determinações legais e as políticas educacionais podem e devem orientar as escolas, tornando-as instituições mais vigorosas, no que tange ao cumprimento do seu papel social”. [...] (2017, p. 774). As alterações no cenário educacional, provocadas pela pandemia, afetaram todos os processos de tomada de decisão e as relações entre os diferentes atores do território escolar. A opção por estratégias de comunicação *on-line* e virtuais, o planejamento pedagógico (e a execução dos planos de ensino), o funcionamento da escola e seu atendimento e a gestão das demandas surgidas na comunidade escolar são exemplos de excepcionalidades trazidas à tona pela pandemia e que aguçaram tensões e desafios a todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo de ensino-aprendizagem, bem como na garantia do direito e acesso à educação pública de qualidade.

DESENVOLVIMENTO

Organismos internacionais, institutos de pesquisa, universidades públicas, particulares e centros de pesquisa promoveram diversas discussões, reflexões e análises acerca dos impactos ocasionados mundialmente pela pandemia. Foram elaboradas, nacional e internacionalmente, inúmeras recomendações e subsídios para a implementação de atividades educacionais durante a pandemia (UNICEF, 2020).

No que tange à discussão sobre a pandemia na área educacional no Brasil, destacam-se, dentre outros, o estudo feito pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *campus* Sorocaba - PPGEd-

So; as Notas Técnicas da Rede de Pesquisa Solidária (2020a, 2020b) e o artigo de Sehnem e Martins (2021) que analisou a problemática da implementação do ensino remoto emergencial e enfrentamento da pandemia em Mongaguá, SP.

Este estudo exploratório, de caráter qualitativo, foi realizado em julho de 2020 e contou com a participação de 8 (oito) diretores(as) de escolas municipais que atuavam exclusivamente no ensino fundamental I (séries iniciais – 1º ao 5º ano). Os(as) diretores(as) responderam a um questionário de autopreenchimento com perguntas abertas e fechadas, de forma não presencial em decorrência do distanciamento social, que impedia o acesso presencial às escolas da rede. O objetivo do questionário foi coletar informações e analisar, sob ótica dos(as) diretores(as) das escolas, os desafios, ações e estratégias efetivadas pelo município para o enfrentamento das situações adversas que surgiram para implementação do ensino remoto emergencial e garantias de funcionamento das unidades escolares.

A opção pela elaboração do questionário de autopreenchimento como técnica de coleta de dados para este estudo justifica-se por entendermos, conforme apontam Lakatos e Marconi (2003), ser um instrumento relevante para o levantamento de informações que respondam ao fenômeno estudado, em interlocução com pesquisas realizadas sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES

A análise do conteúdo das respostas declaradas pelos(as) diretores(as) escolares indica como principal dificuldade para implementação das diretrizes oficiais advindas do DEM para o referido período, a fragilidade da infraestrutura tecnológica necessária para sustentar e garantir as comunicações *on-line* com alunos(as), com a comunidade escolar, com o próprio DEM e para a adequada adaptação de conteúdos pedagógicos ao ensino remoto emergencial.

No que se refere aos desafios e incertezas dos(as) diretores(as), as respostas apontam para um agravamento das questões da saúde (física e emocional) e bem-estar pessoal dos servidores, funcionários e professores das unidades escolares e, sobretudo, preocupações com a segurança do retorno das crianças, considerando a dificuldade no

cumprimento de protocolos sanitários, em contexto de poucos recursos de infraestrutura para sua efetividade. Foram assinalados, ainda, pontos importantes relacionados à ausência de profissionais para darem conta do aumento das demandas das unidades de ensino, assim como dificuldades de acesso às famílias e/ou responsáveis.

A percepção dos diretores(as) em relação às condições efetivas de trabalho disponíveis para a realização das tarefas estabelecidas nas normativas e diretrizes do DEM, incidiram no aumento das angústias e preocupações com as questões socioemocionais dos(as) alunos(as) e demais envolvidos nas ações educativas – incluindo, sobretudo, situações da própria saúde física e mental do(a) gestor(a). Foram recorrentes nas falas dos(as) diretores(as) a insegurança, o medo e o sentimento de despreparo para o retorno ao atendimento presencial.

Os dados examinados apontam que foram realizados esforços consistentes visando o atendimento das orientações advindas do DEM notadamente em relação à garantia da realização de atividades educacionais para todos(as) os(as) alunos(as), entretanto as lacunas para garantir a manutenção das relações de ensino e de aprendizagem durante a pandemia foram numerosas, sobretudo no que se referem às providências necessárias para atender aos segmentos mais vulneráveis do alunado.

REFERÊNCIAS

CONTI, Celso Luiz Aparecido; LIMA, Emília Freitas de; NASCENTE, Renata Maria Moschen. Visões de diretoras de escola sobre políticas públicas e determinações legais educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 771 - 790, dez. 2017. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/79307>>. Acesso em: 25 maio 2021. doi:<https://doi.org/10.21573/vol33n32017.79307>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento, execução, análise e interpretação de dados**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MONGAGUÁ. **Decreto nº 7.092 de 16 de março de 2020**. “Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.” Mongaguá, 2020.

Disponível em: <https://mongagua.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETO-EMERG%C3%80NCIA-CORONAVIRUS.definitivo.pdf>. Acesso em 26 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Condições e dinâmica cotidiana e educativa na RMS (Região Metropolitana de Sorocaba/SP) durante o afastamento social provocado pelo coronavírus. Sorocaba: UFSCar, 2020.** (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <https://www.ppped.ufscar.br/pt-br/arquivos-1/relatorio-de-pesquisa-educacao-e-coronavirus-na-reg-de-sorocaba-ufscar-26-05-2020pdf.pdf/view>. Acesso em 19 set. 2022.

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. **Políticas públicas e respostas da sociedade, 2020.** (Nota Técnica 16).

REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA. **Políticas públicas e respostas da sociedade, 2020.** (Nota Técnica 17).

SEHNEM, Edmar Lucas Ferreira; MARTINS, Angela Maria. O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ, SP: LIMITES E POSSIBILIDADES. **Docent Discunt**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 108–117, 2021. DOI: 10.19141/docentdiscunt.v1.n2.p108-117. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1359>. Acesso em: 14 jul. 2022.

UNICEF, 2020. **Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-daescola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em 21 jul. 2020.